

Artigos

Pesquisas e estudos brasileiros sobre prostituição infantil e juvenil*

Sônia M. Gomes Sousa

RESUMO

Este artigo apresenta uma revisão bibliográfica sobre os principais estudos e pesquisas brasileiras nas décadas de 1980 e 1990 sobre a prostituição infantil e juvenil. Analisa criticamente essa produção e aponta alguns aspectos teóricos e metodológicos que devem ser levados em consideração na discussão dessa temática.

Palavras-chave: Infância; Adolescência; Prostituição; Psicologia social.

Esta revisão representa o esforço de sistematização e análise da produção bibliográfica brasileira sobre a PIJ nas décadas de 1980 e 1990.¹ Como os estudos e pesquisas encontram-se ainda em um estágio inicial, não existe uma produção inserida regularmente nos periódicos científicos e muito menos uma literatura acadêmica crítica sobre as produções nessa área. Talvez este artigo possa contribuir para a emergência dessa prática, já usual quando se trata de outras temáticas relacionadas com infância e adolescência, de que é exemplo a análise crítica empreendida por Calazans (2000) a propósito do discurso acadêmico sobre gravidez na adolescência.

O levantamento e a leitura dessa bibliografia permitiram identificar dois momentos distintos em sua produção: o primeiro ocorre na década de 1980, com a publicação de estudos e pesquisas que versam sobre o mundo da “menina de rua”, e o segundo, na década de 1990, em que a PIJ se caracterizará como um objeto de estudo distinto, com identidade própria.

• Texto recebido em abril de 2002 e aprovado para publicação em maio de 2002.

* Este texto é parte da tese de doutorado **Prostituição infantil e juvenil: uma análise psicossocial do discurso de depoentes da CPI**, defendida no Programa de Pós-graduação em Psicologia Social da PUC-SP, sob a orientação da Prof^a. Dr^a. Bader B. Sawaia.

¹ Os ensaios jornalísticos não serão incluídos nesta revisão bibliográfica, por se tratar, a despeito de sua relevância, de trabalhos de caráter diverso daqueles que se busca reunir aqui.

A TRANSIÇÃO DA CATEGORIA ‘MENINA² DE RUA’ PARA ‘MENINA PROSTITUTA’

A realização do Ano Internacional da Criança em 1979 e o processo de abertura política vivido pelo Brasil nos anos oitenta certamente colaboraram para que segmentos da sociedade – profissionais e leigos – retomassem a discussão sobre a infância brasileira. Essa discussão inicialmente foi desencadeada pela “descoberta” de crianças e adolescentes institucionalizados e um pouco depois, em meados da década de 1980, do fenômeno denominado “meninos de rua”.

Na década de 1980, algumas pesquisas (Silveira, 1984; Unicef, 1984; Fenelon, Martins e Domingues, 1986/1992; Castro *et al.*, 1987 e Childhope, 1988a e 1988b) começaram a chamar a atenção para o fato de que a população de rua não era constituída apenas de crianças e adolescentes do sexo masculino e sim de ambos os sexos e que era necessário levar em consideração essa especificidade do sexo feminino. A partir daí, ao se investigar o mundo do “menor de rua” começa-se a demarcar a existência das “meninas de rua”.

Um dos estudos iniciais é o de Silveira (1984) que apresenta o relato dos depoimentos de noventa e três crianças e adolescentes do sexo feminino internadas no Centro de Triagem Feminina de Fortaleza e de suas famílias e/ou responsáveis. Nesse estudo, a história de vida das crianças e adolescentes do sexo feminino traz alguns elementos explicativos para a prática da prostituição. Mostra, por exemplo, que as crianças/adolescentes que estão na prostituição foram trazidas da zona rural por famílias que “assumiram” perante os pais a responsabilidade de educá-las, mas que efetivamente não cumpriram esse papel; vieram diretamente da zona rural para a zona de prostituição; são oriundas de famílias de prostitutas e/ou “desestruturadas”.

Com o propósito de conhecer a realidade dos “menores de rua”, o Unicef (1984) financiou e publicou um estudo, realizado em Recife, no qual é feita a análise de projetos desenvolvidos com “menores carentes”, tanto por instituições governamentais quanto por particulares. Nesse estudo, é investigada a visão dos grupos comunitários sobre a “menina de rua” e são realizadas entrevistas com crianças/adolescentes de ambos os sexos que vivem na rua. Com os do sexo masculino, a entrevista investiga a visão que eles têm de suas companheiras e com as do sexo feminino, como sentem a sua própria realidade. Esse estudo associa diretamente a categoria “meninas de rua” a “meninas prostitutas” e conclui que essas crianças e adolescentes são oriundas de “famílias desestruturadas” e que as suas opções de vida se resumem na possibilidade de serem empregadas domésticas ou prostitutas.

² Apesar de saber que o termo *meninas* não delimita as faixas etárias, podendo referir-se à criança ou à adolescente, ele será mantido nos textos pesquisados, apenas sendo destacado entre aspas. Neste estudo, empregam-se sempre os termos criança, adolescente e/ou criança/adolescente, quando se referir a ambas ou quando não for possível estabelecer a distinção entre as duas faixas etárias. Apesar de compreender que os limites etários entre a infância e a adolescência têm um caráter sócio-histórico – elas mudam temporalmente e de sociedade para sociedade – para efeitos deste artigo, será utilizada a definição de infância e adolescência a partir do art. 2 do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA): “Considera-se criança (...) a pessoa até doze anos incompletos e adolescente aquela entre doze e dezoito anos de idade”.

Em 1986³ foi realizada uma pesquisa sobre as crianças e adolescentes de rua em Goiânia (Fenelon, Martins e Domingues, 1992). As autoras assinalam a ausência do tema “meninas de rua” nas pesquisas sistemáticas e contextualizam a problemática dos “meninos de rua” no Brasil contemporâneo. Apresentam relatos de situações observadas no cotidiano das ruas de Goiânia e realizam entrevistas com as crianças/adolescentes do sexo feminino que vivem nas ruas. Concluem que o mundo da rua representa liberdade e competição para as crianças/adolescentes e afirmam que elas têm consciência das denominações que lhes atribuem – maloqueiras, piranhas, biscates, putas e vagabundas – e que também se autodenominam assim.

Por intermédio da história de vida de Ana, as autoras relatam o processo pelo qual o corpo feminino em desenvolvimento transforma-se de corpo submisso em corpo desprezado. E as marcas dessa transformação determinam a vida da criança/adolescente: a perda da virgindade, uma vida sexual intensa, a possibilidade de gravidez e o uso de drogas. No entanto, observam que essa “dura” realidade não as impede de fantasiar e sonhar com um grande amor.

Uma discussão das dificuldades para pesquisar a vida das “meninas de rua” – os limites entre o pesquisador e o sujeito da pesquisa e as dificuldades metodológicas e teóricas de definição do objeto de estudo – é desenvolvida por Castro et al. (1987). Após essas considerações, as autoras apresentam a história de vida de Kate e relatam como foi feita a abordagem para a realização da entrevista, as dificuldades enfrentadas pelas pesquisadoras no estabelecimento do contato e no diálogo com Kate e finalmente as semelhanças e diferenças existenciais entre Kate e as pesquisadoras.

A Childhope Foundation (1988a e 1988b) financiou uma pesquisa no Rio de Janeiro que resultou em dois relatórios. No primeiro relatório (1988a), é apresentada a definição conceitual de PIJ, seus pressupostos teóricos, a descrição da PIJ em alguns pontos da cidade, o levantamento bibliográfico sobre o tema e as notícias sobre a PIJ na imprensa. No segundo (1988b), há uma ampliação do objeto de estudo de “meninas de rua”, para “meninas” pobres de uma forma geral.

Esses relatórios de pesquisa caracterizam as “meninas de rua” de uma forma ampla, tanto as que convivem com a família, as que vivem em bandos na rua, perambulando, as que estão à espera de cliente na zona ou nas calçadas, quanto as que participam de programas oficiais ou alternativos ou estão recolhidas em instituições fechadas. Afirmam ainda que a inserção da “menina” na rua é gradual e que ela sai de casa por desejar liberdade, por sofrer violências e/ou por auto punição. As “meninas de rua” conhecem os limites de sua realidade: a desclassificação social a que são submetidas e vêem na vida honesta – concretizada por meio da freqüência à escola ou da realização do matrimônio – a possibilidade de modificação de sua história de vida.

O estudo feito por Saffioti (1989), embora seja ainda da década de 1980, já aponta para uma discussão sobre a PIJ não restrita aos grupos de “meninas de rua”. Para a autora,

³ A pesquisa foi publicada em 1992.

o conceito de exploração sexual abrange duas dimensões: a exploração econômica – tem o lucro por objetivo – e a obtenção de vantagens de outra ordem por parte do explorador.

A partir desse tópico – exploração sexual – a autora desenvolve os sub-tópicos: prostituição, prostituição de menores e pornografia infantil. Ao buscar uma explicação causal para a prostituição, Saffioti afirma não ser possível apontar um único fator determinante e que “a maneira mais rica de se focalizar essa intrincada questão é pensar toda uma configuração de vida, sem esquecer os mediadores psicológicos singulares de cada mulher”. (p. 62)

No tópico específico sobre a “prostituição de menores”, Saffioti (1989) estabelece uma relação direta entre abuso sexual sofrido pela criança na família e o seu ingresso na prostituição. Para ela, a criança que sofreu abuso sexual vive um processo de aniquilamento da auto-estima, adotando uma atitude de cumplicidade com o abusador e obediência a ele, o que a torna facilmente prostituível. Saffioti (1989) finaliza seu texto afirmando que a exploração sexual de crianças só será superada quando ocorrerem mudanças amplas na cultura, na sociedade e nas práticas sociais.

Ao se recortar da literatura mais ampla sobre “meninos de rua” na década de 1980 o tema das “meninas de rua”, constatam-se os esforços iniciais para conhecer a vida das crianças/adolescentes do sexo feminino. Porém esse “conhecimento” é, em regra, marcado pelo discurso que culpabiliza a criança/adolescente e/ou sua família e, exceto Saffioti (1989), todos os estudos apontam alguma relação entre prostituição e estar na rua.

Esses estudos representam a descoberta das “meninas de rua” imersas na realidade masculina das ruas e o reconhecimento de que, embora numericamente minoritárias, elas exigiam, pela própria existência, uma investigação diferenciada. No calor da “descoberta” ou no imediatismo das análises, a maioria desses estudos associa diretamente à vida das “meninas de rua” a prática da prostituição. Porém mais grave que esse reducionismo será o movimento implícito observado em alguns estudos posteriores para fazer uma associação direta entre crianças/adolescentes pobres e a prática da prostituição.

A temática da PIJ surge, pois, do estudo dos grupos de crianças/adolescentes institucionalizados e/ou na rua e gradativamente vai ganhando um espaço de investigação próprio. É o que será visto no próximo tópico.

O TEMA DA PROSTITUIÇÃO INFANTIL E JUVENIL NA DÉCADA DE 1990

A publicação, em 1994, pela Coordenação de Estudos e Pesquisas sobre a Infância (Cespi) da Universidade Santa Úrsula (USU-RJ), do livro **A menina e a adolescente no Brasil**: uma análise da bibliografia é a expressão maior do movimento que tentou explicitar a singularidade existencial da criança e adolescente do sexo feminino. No item específico sobre PIJ a obra aponta a escassez de literatura sobre essa temática. O levantamento localizou dezoito títulos – “artigos e relatórios de pesquisa produzidos principalmente por jornalistas e instituições de assistência e fomento à pesquisa e à ação” (p. 47) – sobre

a PIJ e constatou o crescente interesse pelo tema: no período de 1979 a 1985 foi localizado somente um estudo; entre 1986 e 1989 foram localizados seis estudos e no período de 1990 a 1993 foram catalogados onze estudos.

Transcorridos seis anos desse levantamento (2000), o quadro não se modificou significativamente. Algumas pesquisas e estudos foram publicados⁴ após 1994: Pereira (1995); Gomes (1996); Santos (1996); Silva *et al.* (1997); Sousa e Moraes Neto (1997); Moraes (1998); Gomes, Minayo e Fontoura (1999) e Rocha (1999). No entanto, a maior parte das publicações sobre o tema ainda é de responsabilidade de entidades/instituições não-acadêmicas e circula de modo muito restrito. Esses textos são, em sua maioria, fruto de seminários e encontros, portanto transcrições de comunicações orais, quase sempre elaborados sem o rigor dos textos acadêmicos e sem estabelecer o diálogo com a literatura existente. São, em sua maioria, relatos de experiências e embora importantes como denúncia e enriquecimento do diálogo não avançam na construção de um campo cientificamente estruturado. Exemplos de algumas dessas publicações: Brasil (1990 e 1998); Bice (1993); Bontempo (1995); Leal *et al.* (1996); Unicef (1996); Costa (1997) e Leal e Leal (1999).

Essa constatação se, por um lado, aponta uma qualidade questionável do ponto de vista das exigências acadêmicas, por outro, leva a refletir sobre as razões do escasso apoio que a academia e as agências de fomento à pesquisa têm dado à realização de pesquisas/estudos dessa natureza. Essa discussão não encontra aqui seu fórum apropriado. A menção a esse problema serve apenas como confirmação das dificuldades encontradas no levantamento bibliográfico para a elaboração deste artigo.

Para a organização desta seção foram selecionadas da bibliografia mais ampla sobre prostituição feminina as pesquisas que têm como objeto privilegiado de investigação o fenômeno da prostituição infantil e juvenil feminina. Foram localizadas doze pesquisas.⁵ Essas publicações são de diferentes tipos: relatórios de pesquisa mimeografados (Lamarão, Oliveira e Marin, 1990; Vaz, 1994; Claves, 1994); textos publicados em periódico ou livro (Gomes, 1994; Moraes, 1998; Gomes, Minayo e Fontoura, 1999); dissertações (Pereira, 1995; Santos, 1996 e Rocha, 1999) e livros (Gomes, 1996; Silva *et al.*, 1997 e Sousa e Moraes Neto, 1997).

A maior parte das pesquisas foi financiada por diferentes entidades: Cáritas Neerlândica/Kinderen in de Knel (Silva *et al.*); Fundação Ford/Fundação Carlos Chagas (Moraes, 1998); Ministério da Justiça (Sousa e Moraes Neto, 1997); Organização Pan-Americana de Saúde (Claves, 1994; Gomes, 1994 e 1996; Pereira, 1995; Gomes, Minayo e Fontoura, 1999) e Unicef (Vaz, 1990). Somente três pesquisas ou não receberam fi-

⁴ Entende-se por *publicações* nos limites deste trabalho, a finalização da pesquisa e sua apresentação em forma de relatório, mesmo que em cópias mimeografadas.

⁵ Esse número não corresponde a pesquisas genuinamente diferentes (originais) sobre a prostituição infantil e juvenil feminina, uma vez que a pesquisa realizada pelo Claves (1994), coordenada por Romeu Gomes, deu origem a quatro publicações: Gomes (1994 e 1996); Pereira (1995) e Gomes, Minayo e Fontoura (1999). São, na realidade, oito abordagens inéditas sobre esse fenômeno.

Quadro 1

Síntese das pesquisas sobre a prostituição infantil e juvenil no Brasil

Autor	Título	Objetivo/Objeto	Local	Data
Lamarão Oliveira Marin	Cotidiano de miséria e formas de exploração sexual de meninas em Belém	“Examinar por que e quais as formas de exploração sexual em que está envolvido o grupo” (p. 2).	Belém-PA	1990
Vaz	Meninas de Salvador: pesquisa sobre a população infanto-juvenil prostituída	“Tentativa de levantar evidências sobre a malha que atua e protege a prostituição de meninas em Salvador” (p. 34).	Salvador-BA	1994
Claves	Prostituição infantil feminina: significado e encaminhamento do problema	1. compreender o significado de prostituição infantil feminina para meninas que vivem na rua e para instituições que têm programas específicos voltados para essas meninas; 2. observar a presença na vida das meninas que fazem da rua seu espaço de sobrevivência, de aspectos do processo saúde-doença ligado à sexualidade; 3. discutir a questão da violência, articulando-a às duas primeiras dimensões.	Rio de Janeiro-RJ	1994
Gomes	A violência enquanto agravamento à saúde de meninas que vivem nas ruas	“Análise da configuração, em programas voltados para o atendimento de meninas que vivem nas ruas, da prostituição infantil feminina e do processo saúde-doença vinculado à sexualidade” (p. 157).	Rio de Janeiro-RJ	1994
Pereira	Prostituição e sexualidade: uma questão que envolve as meninas de rua?	Análise do significado da prostituição feminina para meninas que vivem nas ruas da cidade do Rio de Janeiro.	Rio de Janeiro-RJ	1995
Gomes	O corpo na rua e o corpo da rua: prostituição infantil feminina em questão	Compreensão: a) do significado de prostituição para meninas que vivem na rua e para instituições que têm programas específicos voltados para esses atores sociais; b) dos aspectos do processo saúde-doença ligados à sexualidade para este grupo pesquisado; c) da questão da violência.	Rio de Janeiro-RJ	1996
Santos	Meninas, sexo e espaço público: análise do discurso jornalístico cearense sobre a prostituição infantil	Análise da publicização da prostituição infantil no jornalismo impresso cearense.	Fortaleza-CE	1996
Silva <i>et al.</i>	Prostituição & adolescência. Prostituição juvenil no interior do Pará: Trombetas e os Garimpos do Vale do Tapajós.	“Conhecer os motivos que as levaram àqueles locais e que fatores e motivos as mantêm neles; verificar como os vetores econômicos, sociais e culturais contribuíram para o seu ingresso na prostituição” (p. 27).	Belém-PA	1997
Sousa Morais Neto	Abuso e exploração sexual de crianças e adolescentes na região metropolitana de Goiânia (1992-1996)	Levantamento das denúncias feitas na Delegacia de Defesa da Mulher (DDM) e das notícias nos jornais (<i>O Popular</i> e <i>Diário da Manhã</i>) sobre casos de abuso e exploração sexual de crianças/adolescentes em Goiânia (1992 a 1996).	Goiânia-GO	1997
Moraes	Prostituição, trocas e convites sexuais na adolescência feminina pobre	Discutir como estão sendo recriadas categorias em torno do tema “prostituição infanto-juvenil”.	São Paulo-SP	1998
Gomes Minayo Fontoura	A prostituição infantil sob a ótica da sociedade e da saúde	“Analisar as representações sociais e as relações estruturais em torno da prostituição infantil, presentes nos depoimentos prestados à Comissão Parlamentar de Inquérito que tratou dessa problemática” (p. 171).	Rio de Janeiro-RJ	1999
Rocha	Subjetividade e prostituição infanto-juvenil	Procurar conhecer algumas faces do universo subjetivo das adolescentes “em situação de prostituição” em Fortaleza-CE.	Fortaleza-CE	1999

nanciamento ou não explicitaram essa informação no texto (Lamarão, Oliveira e Marin, 1990; Santos, 1996 e Rocha, 1999).

No intuito de oferecer uma rápida visão do conjunto das publicações levantadas, foi construído um quadro sinótico, apresentado a seguir, contendo os dados de identificação da obra (autor, título, local e data) e uma ligeira síntese do objetivo/objeto da pesquisa.

A leitura do Quadro 1 mostra:

- a) número de publicações por ano: 1990 (1); 1994 (3); 1995 (1); 1996 (2); 1997 (2); 1998 (1) e 1999 (2). Não é possível localizar nenhum fator determinante para o aumento ou diminuição das publicações: não há uma tendência crescente e nem decrescente;
- b) local das publicações: Belém-PA (2); Fortaleza-CE (2); Goiânia-GO (1); Rio de Janeiro-RJ (5); Salvador-BA (1) e São Paulo-SP (1). Somente a Região Sul do Brasil não comparece com nenhuma pesquisa. No entanto, isso não demonstra a inexistência naquela região de estudos/pesquisas sobre essa temática, significa apenas que não se conseguiu, por meio do levantamento bibliográfico realizado, localizar esses prováveis estudos/pesquisas.
- c) objetivo/objeto da pesquisa: a maioria das pesquisas não questiona a existência da PIJ como um fenômeno social e propôs-se a investigar as formas da PIJ e os motivos de sua existência (Lamarão, Oliveira e Marin, 1990; Vaz, 1994; Pereira, 1995; Silva *et al.*, 1997 e Rocha, 1999). Também apareceram outros objetivos: além de conhecer os significados para as crianças/adolescentes da PIJ, pretendem conhecer o significado da PIJ para as instituições que atendem essa clientela, o processo saúde-doença ligado à sexualidade e a violência que o grupo sofre (Claves, 1994; Gomes, 1994 e 1996); estudar as representações sociais sobre a PIJ presentes nos depoimentos da CPI (Gomes, Minayo e Fontoura, 1999); identificar as diferentes estratégias discursivas utilizadas pelo jornalismo para construir uma discursividade que reúne o infantil e o erótico (Santos, 1996); fazer um levantamento na mídia escrita e na Delegacia de Defesa da Mulher (DDM) de situações referentes à PIJ (Sousa e Morais Neto, 1997) e discutir as categorias que estão sendo recriadas em torno do tema da PIJ (Moraes, 1998).

O exame dessa bibliografia permitiu organizar dois subitens:

- a) aportes teóricos que apresentam os referenciais teóricos das pesquisas; e
 - b) as principais contribuições e conclusões das pesquisas sobre o fenômeno da PIJ.
- a) *Aportes teóricos*

As pesquisas estão ancoradas em abordagens teóricas diversas – sociológicas e psicossociais – e somente uma (Rocha, 1999) apresenta um tópico exclusivo sobre a subjetividade humana [Figueiredo, 1997; Freud, 1930; Guattari, 1986; Naffah Neto, 1997; Rey, 1998 e Rolnik, 1996].⁶

⁶ Os autores e datas indicados dentro dos colchetes referem-se à bibliografia utilizada pelo autor pesquisado; portanto, nem sempre se trata de obras lidas para esta pesquisa. Essas informações foram incluídas apenas como recurso ilustrativo para explicitar a bibliografia que vem sendo utilizada no estudo da PIJ.

Esses estudos buscam compreender os contextos sócio-históricos de constituição da PIJ: a imprensa como um meio de comunicação que contraditoriamente divulga e denuncia a PIJ é analisada por Santos (1996); a relação rua-casa e público-privado é discutida por Rocha (1999) e a contextualização do garimpo como um espaço de produção social – sociedade de fronteiras – é analisada por Silva *et al.* (1997).

As explicações psicossociais tentam dar conta dos determinantes para a emergência da PIJ e todos criticam as abordagens que associam direta e/ou exclusivamente a PIJ aos fatores socioeconômicos. Isso não impede, às vezes, que seja considerada a causa única do fenômeno, como ocorre, por exemplo, em Lamarão, Oliveira e Marin (1990), que apresentam essa associação: “Algumas formas de sobrevivência infra-humana tais como a mendicância e a prostituição são os reflexos da profunda desigualdade social e dos efeitos da crise econômica” (p. 6). São largamente empregadas as seguintes expressões: “visão de classe social”, “setor informal”, “explorado e explorador” e “cotidiano de miséria”.

A relação pobreza-PIJ está presente em algumas pesquisas. Gomes (1994) afirma: “Sabe-se, através de inúmeros estudos, que a situação de pobreza é basicamente o principal determinante da existência de crianças trabalhando e/ou morando nas ruas” (p. 157). Essa discussão está apoiada nos seguintes autores: [Lusk, 1989; Minayo, 1993; Rizzini e Rizzini, 1991 e Sabóia, 1993]. O tema da pobreza também aparece nas pesquisas de Pereira (1995), apoiado nos estudos de Sabóia [1993] e Gomes (1996) fala do ambiente de pobreza como espaço de exclusão social.

A fundamentação metodológica da pesquisa foi evidenciada nas pesquisas de Pereira (1995), Gomes (1996) e Gomes, Minayo e Fontoura (1999) e são comuns às três, na medida em que integram um projeto maior realizado pelo Claves (1994). Partem da análise temática [Bardin, 1979] e dos princípios da concepção dialética de Habermas [1987].

A discussão sobre gênero e sexualidade aparece em cinco pesquisas: Lamarão, Oliveira e Marin (1990); Pereira (1995); Gomes (1996); Silva *et al.* (1997) e Sousa e Morais Neto (1997).

O sexismo é abordado por Lamarão, Oliveira e Marin (1990). Pereira (1995) inaugura a discussão sobre gênero e sexualidade – faz o relato da história da sexualidade com base em Foucault [1985a, 1985b e 1985c], utiliza Giddens [1993] para analisar questões como sexualidade, amor, gênero masculino e feminino e, baseando-se em Muraro [1993], apresenta dados da pesquisa sobre a sexualidade da mulher brasileira. Gomes (1996) aborda a dimensão do gênero e a sexualidade. Silva *et al.* (1997) fazem alguma discussão sobre gênero, mas a sexualidade é tratada especialmente no capítulo que contém a análise das entrevistas e Sousa e Morais Neto (1997) procuram estudar o fenômeno da PIJ através da teoria crítica da sexualidade e do processo de aquisição dos papéis sexuais.

A discussão sobre a infância é realizada por Santos (1996) a partir de duas abordagens – representações históricas [Algranti, 1993; Ariès, 1981; Costa, 1983; Del Priore, 1992 e Diderot, 1991] e representações míticas [Furlani, 1992 e Siciuteri, 1985]. Já Moraes (1998) estuda a infância a partir das contribuições de Ariès sobre a história da infância.

A adolescência é vista por Lamarão, Oliveira e Marin (1990) a partir das contribuições teóricas de Becker [1987]. Silva *et al.* (1997) constroem um capítulo específico sobre essa temática. Já Rocha (1999) utiliza a denominação *juventude*, pois a vê “como categoria social que designa os que se encontram numa fase transitória entre a infância e a vida adulta, numa perspectiva de constante articulação com o universo histórico a que pertencem”. (p. 47)

O tema da violência é tratado nas pesquisas realizadas por: Gomes (1994 e 1996); Pereira (1995) e Rocha (1999).

As pesquisas realizadas por Gomes (1994 e 1996) e Pereira (1995) fazem parte de um projeto maior que pretende investigar o fenômeno da violência na sociedade contemporânea. Por isso, esse tema ocupa um lugar privilegiado na reflexão teórica promovida pelos referidos autores. A violência é vista não apenas como crime, não podendo ser reduzida somente ao indivíduo: “A violência não se reduz a um dano ou a um momento. Ela é um processo orientado para fins determinados a partir de diferentes causas, com formas variadas, produzindo determinados danos, alterações e conseqüências imediatas ou tardias”. (Agudelo *apud* Gomes, 1994, p. 157)

Pereira (1995) a partir de Minayo [1990] estabelece três níveis de violência: estrutural, revolucionário ou de resistência e delinqüência. Faz um histórico da violência, delimita sua conceituação e ainda estabelece a distinção, com base em Azevedo e Guerra [1989], entre a vitimação e a vitimização.

Essas pesquisas tendem a colocar em um mesmo patamar o fenômeno da PIJ e o fenômeno da violência, associam a violência aos abusos sexuais sofridos na família e na rua e vêem a violência sexual e física como resultante da violência estrutural.

A violência sexual ganha uma certa relevância nos estudos de Gomes (1994) [CBCA, 1991; Goldemberg *et al.*, 1989 e Saffioti, 1993] e Gomes (1996) [Bouling, 1981; Foward e Buck, 1989; Giffin, 1994; Marques *et al.*, 1994; Pateman, 1993; Saffioti, 1989 e 1993 e Vélez, 1994]. Gomes (1996) discute também o processo saúde-doença e suas relações com a sexualidade e violência [Birman, 1991; Frenk, 1992; Herlzlich, 1991; Herlzlich e Pierret, 1992; Minayo, 1991 e 1994b; Nunes, 1988; Ruffino-Neto, 1992 e Sevalho, 1993].

Sete pesquisas vão discutir a PIJ partindo da reflexão existente sobre a prostituição feminina adulta: Lamarão, Oliveira e Marin (1990); Vaz (1994); Pereira (1995); Gomes (1996); Silva *et al.* (1997); Moraes (1998) e Rocha (1999).

A prostituição é apresentada como mercancia do corpo e as prostitutas como grupo estigmatizado socialmente (Lamarão, Oliveira e Marin, 1990). Esse último aspecto também é apresentado por Rocha (1999), para quem a prostituição adulta feminina é discriminada por ser desordenadora das relações sociais estabelecidas pela moral burguesa. Vaz (1994) utiliza o modelo de desvio social [Velho, 1980]. Pereira (1995) apresenta a prostituição adulta feminina como aceita historicamente pela sociedade e estabelece uma relação entre a medicina e a prostituição e especialmente sobre as formas utilizadas pela medicina (masculina) para controlar o corpo da mulher.

Gomes (1996) apresenta detalhadamente diferentes visões sobre a prostituição feminina adulta: Scambler [1990] a vê como um trabalho como outro qualquer; Leite [1993] defende a existência da prostituição e apresenta diferentes visões dela:

- a) os positivistas vêem a prostituta como uma “louca moral” e “delinqüente”;
- b) os marxistas caracterizam-na como “vítima da sociedade capitalista”; e
- c) o senso comum e a visão religiosa identificam-na como “pecadora”.

Delimita ainda três visões ideológicas sobre a prostituição:

- a) regulamentarista;
- b) abolicionistas; e
- c) autodeterminação das prostitutas.

Silva *et al.* (1997) classificam as abordagens teóricas do fenômeno da prostituição em três tipos:

- a) abordagem patológica/repressiva;
- b) abordagem histórico-crítica; e
- c) abordagem histórico interacionista.

Moraes (1998) afirma que, apesar de a prostituição adulta feminina ser denominada no senso comum como a “profissão mais antiga do mundo”, isso não significa sua aceitação. Ao contrário, seu exercício está permeado de preconceitos e tabus, pois ameaça uma certa lógica de ordenação social ao expressar idéias de transgressão e liberdade no desempenho dos papéis sociais femininos e rompe com os padrões familiares da “mãe higiênica”. Moraes (1998) afirma que a revisão bibliográfica sobre prostituição permite localizar três grupos de estudo sobre o fenômeno:

- a) históricos;
- b) sociológicos/antropológicos; e
- c) os estudos recentes que demarcam os terrenos da luta e da organização social e política das prostitutas. Estabelece ainda a relação entre prostituição e raça.

A partir desse levantamento, observa-se que a maioria dos autores aborda a prostituição infantil e juvenil feminina por meio de uma compreensão da prostituição feminina adulta. Será que a atribuição à infância e adolescência da prática da prostituição não implica uma compreensão preconceituosa e ideológica sobre o grupo identificado com essa prática? É como se se falasse em prostituição precoce e se transpusessem para esse grupo os mesmos estereótipos associados à prostituição adulta?

As pesquisas elencadas, ao não fazerem a crítica do conceito de prostituição, continuam fazendo descrições analíticas com ênfase sociológica e não atentam para a possibilidade de entender o fenômeno psicossocialmente, isto é, da forma como ele é vivido, os sentimentos gerados, as atividades cotidianas.

Sete pesquisas discutem diretamente o fenômeno da PIJ: Pereira (1995); Gomes (1996); Santos (1996); Sousa e Morais Neto (1997); Moraes (1998); Gomes, Minayo e Fontoura (1999) e Rocha (1999).

Em relação à bibliografia referenciada pelas pesquisas, constata-se que há um certo núcleo comum dos autores citados, como Azevedo [1986], Saffioti [1989], Yannoulas

[1993] e Vasconcelos [1988, 1989, 1990 e 1991] e que alguns estudos são fruto de produções não-acadêmicas sobre a PIJ, o que de certa forma limita o diálogo crítico sobre o fenômeno da PIJ.

Observa-se em todas as pesquisas a utilização de uma terminologia variada para o fenômeno da PIJ e, até em uma mesma pesquisa, são utilizados vários termos. Lamarão, Oliveira e Marin (1990): “meninas na prostituição”, “exploração sexual”, “prostituição juvenil” e “prostituição de menores”; Claves (1994): “prostituição de meninas” e “exploração sexual”; Gomes (1994): “prostituição infantil feminina”; Pereira (1995): “prostituição infantil” e “exploração sexual de crianças”; Gomes (1996): “prostituição de meninas” e “prostituição infanto-juvenil”; Santos (1996): “prostituição infantil”; Sousa e Morais Neto (1997): “prostituição infantil” e “exploração sexual”; Gomes, Minayo e Fontoura (1999): “exploração infantil” e “exploração sexual infantil”; Rocha (1999): “prostituição juvenil feminina” e “prostituição infanto-juvenil”.

Entre as pesquisas analisadas destacam-se três pela iniciativa de discutir as nomeações dadas ao fenômeno da PIJ. Vaz (1994) defende a idéia de utilização do termo *prostituída*:

Como nossa sociedade vem perpetuando a desigualdade social, não permitindo que uma significativa camada da população possa ter acesso à essas condições, as meninas entrevistadas não se afastaram dos valores culturais. Foram afastadas, divergidas, excluídas socialmente. Portanto, não são prostitutas e sim *prostituídas*. (p. 40, grifos meus)

Silva *et al.* (1997) utilizam três termos: “prostituição de adolescentes”, “prostituição juvenil” e “estar na prostituição”. Justificam da seguinte forma a utilização desse último termo:

Optamos pela utilização do termo “estar na prostituição” para as adolescentes que se prostituem nesta faixa de idade porque discordamos do termo “prostituída” que as coloca numa imóvel posição de vítima, apesar da exploração objetiva. “Estar na prostituição” faz referência ao momento de vida da mulher e ao espaço onde ela está vivenciando esta fase. Não se pode denominá-las “prostituídas”, pois não consideram esta atividade sua profissão. (p. 14)

Moraes (1998) também faz uso de vários termos: “prostituição infanto-juvenil feminina”, “prostituição”, “prostituição infanto-juvenil”, “convites sexuais” e “trocas sexuais”. A autora critica o conjunto das categorias existentes, pois

exige que se estabeleça um marco referencial de distinção entre formas de manifestação que se caracterizam como redes de exploração sexual e práticas dispersas e/ou eventuais de adolescentes que fazem programas sexuais sem a imposição de outrem. (p. 19)

Da mesma forma, os autores também utilizam nomeações diversas, mas sempre em torno da expressão *prostituição* para o grupo pesquisado. Lamarão, Oliveira e Marin (1990): “meninas” e “meninas prostituídas”; Claves (1994): “meninas” e “prostitutas”; Gomes (1994): “meninas”; Pereira (1995): “criança e/ou adolescente”, “meninas”, “prostituta infantil”, “meninas de rua” e “meninas prostituídas”; Gomes (1996): “meninas”,

“meninas que vivem nas ruas” e “crianças prostituídas”; Santos (1996) “meninas prostitutas”, “crianças e adolescentes envolvidas com a prostituição”, “menina”, “prostituta infante-juvenil” e “menina-mulher-da-vida”; Silva *et al.* (1997): “jovens prostitutas”; Sousa e Moraes Neto (1997): “meninas”, “crianças e adolescentes” e “meninas prostituídas”; Moraes (1998): “meninas e adolescentes”, “meninas e adolescentes pobres e/ou que passam a maior parte do seu tempo nas ruas” e “jovens”; Gomes, Minayo e Fontoura (1999): “meninas” e “meninas e adolescentes” e Rocha (1999): “meninas”, “adolescentes”, “adolescentes que se prostituem” e “adolescentes em situação de prostituição”.

b) *Principais contribuições e conclusões das pesquisas sobre o fenômeno da prostituição infantil e juvenil*

As pesquisas apontam para aspectos diversos da PIJ: o cotidiano das crianças e adolescentes; a diáde prostituição/saúde-doença; a relação entre prostituição, pobreza e uso de drogas; a associação entre o “estar nas ruas” e “ser prostituta”, a PIJ como é apresentada pela mídia escrita e as multideterminações da PIJ.

As pesquisas que falam sobre o cotidiano identificam os espaços sociais por onde transitam as “meninas” vendedoras de chicletes e os diversos significados sociais contidos nessa prática; tomam contato com as estratégias utilizadas pelas “meninas” na comercialização dos chicletes e ouvem as queixas das “meninas” que responsabilizam os pais pelo seu ingresso na prostituição. Concluem esse item – Reflexões sobre o cotidiano das meninas – afirmando que há um tênue fio separando o trabalho infantil das experiências sexuais. (Lamarão, Oliveira e Marin, 1990)

As autoras esclarecem ainda que a rua é mais do que uma área de demarcação de sua atividade remunerada (trabalho), pois é também o espaço onde desenvolvem suas relações afetivas, amistosas ou conflitivas, e é ainda o espaço onde a “menina” terá a primeira aproximação com as formas de exploração sexual. Nesse item as autoras apresentam os relatos das situações vividas pelas “meninas de rua”, como vêem os clientes, quais são as intermediações dos “meninos de rua”, o relato dos convites aceitos e os detalhes do prazer das “outras meninas”.

Caracterizando ainda o cotidiano, Vaz (1994) delinea o perfil das setenta e seis crianças/adolescentes entrevistadas, através do estudo das seguintes categorias: idade, cor, origem, escolaridade, religiosidade, local de moradia, sexualidade, uso de drogas, ocupação, rendimento e papel da mulher na sociedade. Na investigação mais específica sobre as atividades de prostituição, estabelece os seguintes recortes temáticos: violência nas áreas entrevistadas; relação com os meninos de rua, com a polícia, com os policiais, com a polícia feminina, com o comissário de menores, com o juizado de menores, com a delegacia do menor infrator, com ONGs de apoio à criança e ao adolescente, com os clientes, com os gigolôs e cafetinas, com os políticos e com outras meninas prostituídas. Nessa pesquisa, são apresentados gráficos de algumas categorias mais objetivas (por exemplo, idade, grau de escolaridade etc.), já os temas relacionados com a vivência da prostituição não foram submetidos a análise e eles são apresentados com a simples transcrição das falas.

Rocha (1999), a partir das entrevistas realizadas, conclui que predominam as si-

tuações de “arranjos familiares”; procura perceber a socialização na rua e a constituição subjetiva da adolescente imersa nesse cotidiano; relata as experiências vividas pelas adolescentes na prática da prostituição e apresenta os sonhos e desejos de bem-estar das adolescentes (principalmente o desejo de mudar de vida e de ter uma família).

Há pesquisas que ressaltam mais a díade prostituição/saúde-doença, como a do Claves (1994). Essa pesquisa pretendeu investigar a PIJ a partir da vivência das “meninas” que vivem na rua ou fazem parte de programas institucionais específicos e tentou enfatizar os aspectos do processo saúde-doença, articulando a prostituição com a questão da violência. Este projeto de pesquisa possibilitou recortes temáticos específicos realizados por Gomes (1994 e 1996), Pereira (1995) e Gomes, Minayo e Fontoura (1999).

Gomes (1994) analisou os discursos das adolescentes referentes às violências sofridas por elas na família, nas instituições e na rua.

Pereira (1995) realizou o levantamento de instituições e/ou projetos do Rio de Janeiro que atendem crianças/adolescentes do sexo feminino. A pesquisa está organizada da seguinte forma: caracterização geral das instituições pesquisadas; a rua como espaço de existência; o cenário da violência; sexualidade e prostituição infantil e educação formal. A autora conclui que a maioria das crianças/adolescentes entrevistadas negam o envolvimento com a prostituição e falam sobre as suas experiências sexuais com os “maridos”; somente uma afirmou que já se prostituía mas não havia gostado da experiência. A autora destaca em seu estudo a análise dos aspectos associados à saúde-doença das crianças/adolescentes entrevistadas.

Gomes (1996) discute a PIJ a partir do estudo das representações sociais e, recorrendo à pesquisa qualitativa, investiga o fenômeno da PIJ em três categorias de atores sociais: as instituições que definem as diretrizes de ações voltadas para as “meninas” que vivem nas ruas; os educadores que atuam diretamente com essas “meninas” e as próprias “meninas” do sexo feminino que são atendidas por esse programa.

Gomes, Minayo e Fontoura (1999) apresentam dois blocos de análise. No primeiro, apresentam as configurações regionais da prostituição sob a ótica da CPI. No segundo, os núcleos de sentido de uma realidade polissêmica: explicações causais macro e microsociais; associações frequentes entre prostituição, pobreza, drogas, doenças, violência e vida nas ruas e formas de dimensionamento do problema.

As pesquisas realizadas por Santos (1996) e Sousa e Morais Neto (1997) vão analisar preponderantemente a construção social do conceito de PIJ pela mídia. Santos (1996) analisou o discurso sobre a prostituição infantil presente em 39 matérias jornalísticas da imprensa cearense e afirma que as “histórias de vida” retratadas nas notícias têm basicamente o mesmo enredo e conclui: “Abuso sexual na infância, desligamento precoce da família, um cotidiano de drogas, clientes, filhos e uma perspectiva de futuro vaga” (p. 94). Observou também que, a partir dos informantes que os jornais “ouviram” sobre a prostituição infantil, é possível afirmar que ela é vista como um problema policial, jurídico, médico, psicológico, socioantropológico, técnico e moral.

Sousa e Morais Neto (1997) afirmam que tanto o registro de ocorrências envol-

vendo PIJ da DDM (15) quanto o número de notícias sobre PIJ veiculadas nos jornais **O Popular** (4) e **Diário da Manhã** (2) foi mínimo, o que impossibilitou a construção de um perfil da PIJ na região metropolitana de Goiânia no período de 1992 a 1996. Sabe-se, no entanto, que as crianças/adolescentes referidas nos registros e mencionadas nos jornais tinham de sete a dezoito anos e que a maioria fora “levada” para a prostituição por adultos afetivamente próximos a elas, sendo que em todos os casos, registrados na DDM em que a relação da criança/adolescente e o “explorador” era de parentesco, a mãe era a figura responsável.

Algumas pesquisas esforçam-se por explicar o fenômeno da PIJ como complexo e multideterminado.

A pesquisa realizada por Silva *et al.* (1997) ouviu setenta e nove histórias de vida de adolescentes e mulheres adultas na prostituição e, de alguma forma, pretendeu dar uma resposta às “manchetes de jornais e reportagens sensacionalistas”, perguntando: “As adolescentes que se prostituem vivem realmente um esquema de escravidão nos prostíbulos?” (p. 14). Inicialmente os autores pretendiam investigar “a prostituição de meninas-escravas na Amazônia”. Mas, ainda na fase inicial, de mapeamento do fenômeno, observaram a inexistência de crianças nas áreas a serem pesquisadas, o que provocou a alteração da faixa etária a ser pesquisada. Por questões financeiras, restringiram a pesquisa ao estado do Pará. Além dessas modificações, o termo *escravidão*⁷ também mereceu um olhar crítico dos investigadores. Assim, o título da pesquisa – o que revela a condução dada ao problema – mudou para **Prostituição e adolescência: prostituição juvenil no interior do Pará – Trombetas e os garimpos do Vale do Tapajós**. Essa pesquisa estabelece o diálogo entre as informações empíricas e os saberes existentes e colabora no desvelamento de preconceitos existentes na abordagem do tema. Os autores observaram ainda a positividade presente nos discursos das mulheres adolescentes e adultas, quando se referiam a sua vivência na prostituição, pois esse modo de vida lhes possibilitava estabelecer amizades com outras adolescentes e mulheres (e assim socializar os saberes), pertencer a um grupo, viver a sexualidade de uma forma mais livre do que viviam nos seus contextos familiares originários e estabelecer uma dinâmica familiar (de afetividade) no ambiente do prostíbulo em que vivem (as figuras maternas e paternas são transferidas para os donos ou as donas das boates ou “bregas”).

Para além das explicações macrossociais, Silva *et al.* (1997) tentaram compreender os motivos pessoais que levaram as adolescentes entrevistadas a se prostituírem e ouviram várias respostas a sua indagação sobre por que se prostituíram: por não suportarem a relação com os ex-maridos e não estarem dispostas a criar os filhos; por não serem mais vir-

⁷ Os autores afirmam que não negam a existência da opressão da dívida como estratégia de manutenção da adolescente em determinado prostíbulo; no entanto, percebem todos os meandros existentes na constituição dessas dívidas e as diversas formas de saldá-las. Um outro aspecto enfatizado foi a observação de uma grande mobilidade das adolescentes tanto nos prostíbulos quanto nas cidades (segundo eles, existe até a compra do “passo” da adolescente por alguém interessado, cliente ou dono de prostíbulo).

gens; por curiosidade; por terem recebido convites para ingressar na boate; por estarem cansadas de ser domésticas e por quererem conquistar liberdade e aventura.

Moraes (1998) organiza a análise das entrevistas em três categorias de experiências encontradas:

- a) “programas sexuais”;
- b) “trocas sexuais”; e
- c) “convites para trocas sexuais”.

Ele justifica essa classificação com a seguinte afirmação:

A análise do fenômeno sob o prisma das multideterminações requer que sejam consideradas as suas formas plurais de manifestação, a exemplo das gradações que podemos encontrar nas formas de vivenciar a prostituição adulta. (p. 17)

DISCUSSÃO SOBRE SEXUALIDADE

As pesquisas não promoveram uma discussão direta sobre a sexualidade infantil, como constitutiva do fenômeno infância e adolescência; no máximo, pretendem levantar empiricamente a questão, nunca como se ela fosse constitutiva do fenômeno infância ou adolescência, como se não tivessem sexualidade, como se a sexualidade estivesse só no outro.

A discussão sobre sexualidade aparece nos resultados das pesquisas de formas diversas: violência, família, abuso, sexo seguro, educação sexual, práticas de sexualidade e agravos à saúde.

Lamarão, Oliveira e Marin (1990) formularam algumas perguntas, como por exemplo: como a menina vendedora percebe e elabora sua condição de mulher? Como é vivida e transformada sua sexualidade ao longo da experiência? Que características têm as relações das meninas vendedoras com o sexo oposto? Como elas percebem e respondem ao convite e à intimidade com que são abordadas por meninos? No entanto, o texto não responde a essas indagações e as autoras justificam-se da seguinte forma: “O material coletado através das entrevistas permite apenas uma aproximação com as formas de exploração sexual a que está sujeita na rua”. (p. 29)

Vaz (1994) realiza um inquérito quantitativo/qualitativo detalhado sobre a saúde e a sexualidade das setenta e seis crianças/adolescentes entrevistadas, por exemplo: idade da primeira relação sexual, com quem teve a primeira relação sexual, sensação da primeira relação sexual, uso de contraceptivo na primeira relação sexual, idade em que engravidaram pela primeira vez e número de abortos.

Na pesquisa realizada pelo Claves (1994) as instituições de atendimento às crianças e adolescentes pesquisadas atribuem às “meninas” uma atitude de naturalidade em face de sua própria sexualidade. As “meninas” que participam de programas específicos têm informações sobre sexualidade e formas preventivas de saúde como um todo, entretanto as práticas relatadas não apontam necessariamente para comportamentos de sexo seguro. As

crenças populares desempenham um papel relevante na forma como as meninas tratam as questões ligadas a esses cuidados.

Gomes (1994) dá ênfase a essa discussão em um capítulo do livro – “Processo saúde-doença ligado a sexualidade” – no qual apresenta observações relacionadas com a dimensão social do processo saúde-doença, a sexualidade de uma forma geral, a temáticas específicas (como a prevenção de DST/Aids) e a gravidez.

Silva *et al.* (1997) apresentam a perda da virgindade para a adolescente como um marco importante em suas vidas, pois ou elas se casam com o autor do desvirginamento ou entram para a prostituição. Observam também que, para essas famílias, não ser mais virgem significa uma “emancipação”, ou seja, que a adolescente já é adulta e pode se auto-sustentar (e muitas vezes sustentar o próprio filho).

Do conjunto das setenta e nove adolescentes/mulheres entrevistadas por Silva *et al.* (1997) somente quatro afirmaram ter sofrido abuso sexual na infância (antes de entrar para a prostituição). Segundo os autores, esses dados não os autorizam a estabelecer a relação direta entre a ocorrência do abuso sexual e a entrada para a vida da prostituição.

Gomes, Minayo e Fontoura (1999) desenvolvem a discussão da sexualidade associando-a à violência e ao abuso sexual.

Enfim, nas pesquisas, a sexualidade é tratada de forma fragmentária sempre como algo que não é próprio da infância e adolescência, como perigo para a saúde ou como abuso sexual.

A FAMÍLIA

As pesquisas mostram uma tensão entre uma visão ideológica e moralizante e uma visão multidimensional, crítica e não-preconceituosa sobre a família e oscilam entre essas duas direções.

Para Vaz (1994) “a pobreza das famílias seria o fator responsável pela situação social das meninas caracterizadas como prostitutas em Salvador” (p. 34); Gomes, Minayo e Fontoura (1999) vêem a família como o local do abuso sexual e Rocha (1999) contrapõe o mundo da família ao mundo da rua. Em função dessa visão, que atribui à família a responsabilidade pela PIJ, o Claves (1994) propõe que as políticas públicas tenham como alvo principal as famílias.

Discordando dessa visão, Silva *et al.* (1997) discute as idéias preconcebidas sobre as famílias das adolescentes de que são miseráveis, desagregadas etc. e afirmam não ser possível estabelecer um padrão para as famílias das adolescentes que estão na prostituição, pois elas são muito diversificadas. Apresentam ainda, a partir da análise das entrevistas, o contraponto entre a família real das adolescentes e a família idealizada por elas.

OS CLIENTES

Lamarão, Oliveira e Marin (1990) pelas entrevistas concluíram que não há um perfil único de clientes. Eles não podem ser classificados pela faixa etária (velhos ou novos); pela nacionalidade (brasileiros ou estrangeiros); pelas qualidades estéticas (feios ou bonitos) e pela profissão (motoristas de táxi, canoeiros, vendedores etc.). Uma entrevistada, quando indagada sobre quem era o cliente, sintetiza assim: “Tem velho, tem novo, tem brasileiro, tem estrangeiro, muitos caras, todos (‘menina’ de onze anos)” (p. 31).

Observam ainda que cabe ao homem (cliente) assumir ativamente a solicitação para o encontro sexual. Afirmam que essa solicitação possui duas características de clandestinidade: são “menores” e não são prostitutas ativas e reconhecidas (Lamarão, Oliveira & Marin, 1990).

Na pesquisa coordenada por Vaz (1994) as crianças/adolescentes também identificaram vários personagens como clientes: brasileiros, estrangeiros, ricos, com profissão, motorista, caminhoneiro, comerciantes, vendedores ambulantes, garis, médico, advogado, “coroas” – “Todo tipo, o que pintar na área eu traço” (“menina”, p. 74).

Ao analisar uma fotografia que ilustrava uma determinada matéria jornalística da imprensa cearense, Santos (1996) afirma que a figura do velho (cliente) e da “pistoleira” (da criança/adolescente) são complementares, “pois ambos partilham de algo fundamental no jogo das negociações ilícitas: a experiência de poder” (p. 151). Explicita ainda a ambigüidade sugerida pelo jornal que ao caracterizar a criança/adolescente como “pistoleira”, coloca-a no plano da maturidade e periculosidade e o cliente, caracterizado como velho, é apresentado como suposta vítima, que deve ficar sempre alerta para não ser ludibriado. A autora frisa ainda a inexistência de uma imagem única da criança/adolescente prostituta e do cliente e sim várias faces em contextos diversos que têm por finalidade reafirmar a ambigüidade do discurso jornalístico.

Também Silva *et al.* (1997) identificam vários personagens clientes da prostituição nos garimpos: trabalhadores das empresas de mineração, marinheiros estrangeiros ou brasileiros, gerentes de baixão,⁸ comerciantes, pilotos e principalmente garimpeiros. Afirmam ainda que o desejo de se casar está muito presente na vida das adolescentes que estão na prostituição: “O homem idealizado existe como uma espécie de contraponto aos homens que elas encontram na prostituição” (p. 180).

CONCLUSÃO

Este texto pretendeu reconstruir o caminho trilhado pelas publicações referentes a PIJ no Brasil a partir do início da década de 1980 até o final da década de 1990. Nesse percurso, constatou-se que a discussão sobre a PIJ emergiu das investigações que tentaram

⁸ Denominação dada a uma determinada área do garimpo.

dar visibilidade às “meninas de rua” até a sua constituição enquanto objeto privilegiado de investigação.

Após a apresentação das pesquisas e das considerações críticas propostas é importante explicitar que a PIJ não pode ser vista somente como um fenômeno individual ou social. Essa visão simplista oferece o risco de impedir que ela seja compreendida em sua diversidade e multiplicidade, o que só é possível por meio de uma profunda associação entre os aspectos individuais e sociais, ou seja, ela é um fenômeno psicossocial. Essa compreensão leva à rejeição dos rótulos existentes na nomeação desse fenômeno, como, por exemplo, prostituta ou prostituída.

A designação de prostituta para crianças e/ou adolescentes não contempla a diversidade das situações vividas pelas crianças e adolescentes do sexo feminino, como alerta Moraes (1999) que identificou nomeações diferentes no grupo pesquisado, por exemplo, “trocas” e “convites sexuais”. Também Silva *et al.* (1997) caracterizaram o grupo de adolescentes pesquisadas como “estando na prostituição”, pois o grupo pesquisado não se identificava como prostitutas e viam nessa prática uma temporalidade definida.

Se, por um lado, o termo prostituta parece inadequado para caracterizar a totalidade das situações vividas pelas crianças e adolescentes que estão vivendo situações sexuais que envolvam a comercialização – seja por intermédio de dinheiro ou de espécies – também a designação dada, principalmente pelas ONGs, de prostituída é inadequada, pois coloca a criança e adolescente numa situação de passividade, de não-ser que a impede de ser vista em suas ambigüidades e positivities.

A complexidade deste fenômeno merece uma reflexão que tente ordenar e estabelecer distinções importantes para o percurso argumentativo empreendido nesta tese. A utilização do termo PIJ tem servido para enfatizar a prática da prostituição por parte de crianças. Das doze pesquisas localizadas para este estudo, somente três fazem referência a crianças que estão envolvidas na prostituição e mesmo assim com algumas considerações: Lamarão, Oliveira e Marin (1990) referem-se a um grupo pesquisado de crianças e adolescentes de 7 a 19 anos que são vendedoras de chicletes nas ruas de Belém (PA) e daí fazem considerações sobre a natureza dos relacionamentos – inclusive sexuais – enfrentados pelo grupo no seu cotidiano de rua; Sousa e Morais Neto (1997) no levantamento realizado nos arquivos da DDM e dos jornais **O Popular** e **Diário da Manhã** no período de 1992 a 1996, localizaram na DDM denúncias de três crianças (sete, dez e onze anos respectivamente) envolvidas com a prática da prostituição e não localizaram nenhuma notícia nos jornais pesquisados e na pesquisa realizada por Moraes (1998), apesar de haver referência a crianças entrevistadas, não foi delimitado o número e nem a faixa etária dos sujeitos entrevistados: “Cerca de cinquenta adolescentes e meninas entre dez e dezenove anos foram ouvidas”. (p. 29)

Essas afirmações não significam que esteja sendo negada a existência de situações em que crianças são utilizadas por adultos para fins sexuais/comerciais, mas que tal situação não tem o caráter epidêmico que muitas organizações/instituições têm procurado atribuir a ela.

Isso não significa que não existam crianças e adolescentes que tenham no seu cotidiano situações em que a vivência de sua sexualidade seja de exploração, humilhação, sofrimento e exclusão. Mas elas não podem ser identificadas unicamente como prostitutas, pois esse rótulo, além de individualizar a responsabilidade pela “opção” de vida, impede-as de romper com o “destino” que a sociedade lhes reservou e descompromete cada vez mais a criação de políticas públicas que atendam à população de uma forma geral e às crianças e adolescentes em particular. Enfim, há a necessidade de construção de novas categorias que dêem conta da diversidade e multiplicidade do fenômeno.

ABSTRACT

This paper presents a bibliographical review of the main Brazilian studies and research on child and adolescence prostitution in the 1980's and 1990's. It provides a critical analysis of that production and points out some theoretical and methodological aspects, concerning the subject, that must be taken into account in the discussion of the theme.

Keywords: Childhood; Adolescence; Prostitution; Social Psychology.

Referências bibliográficas

BONTEMPO, Denise *et al.* **Exploração sexual de meninas e adolescentes no Brasil.** Brasília: Unesco/Cecria, 1995.

Brasil. Ministério da Justiça. **Indicadores de violência intra-familiar e exploração sexual comercial de crianças e adolescentes.** Relatório final. Brasília, DF: Cecria/Ministério da Justiça/Cese, 1998.

Brasil. Ministério do Bem-Estar Social. Centro Brasileiro para a Infância e Adolescência (CBIA). **Meninas.** Brasília, DF: CBIA, 1990.

Brasil. Ministério do Bem-Estar Social. Centro Brasileiro para a Infância e Adolescência (CBIA). **Estatuto da criança e do adolescente.** Brasília, DF, 1993.

Bureau International Catholique de L'enfance (Bice). **La explotación sexual de los niños:** respuestas de campo. Buenos Aires: Paulinas, 1993.

CALAZANS, Gabriela Junqueira. **O discurso acadêmico sobre gravidez na adolescência:** uma produção ideológica? Dissertação (Mestrado em Psicologia Social) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2000.

CASTRO, Sandra *et al.* **Batalhadoras de rua:** a identidade feminina no mundo da rua: relatório de pesquisa. São Paulo: Fundação Carlos Chagas, setembro de 1987. Mimeografado.

Centro Latino Americano de Estudos de Violência e Saúde (Claves). **Prostituição infantil feminina:** significado e formas de encaminhamento do problema: relatório de pesquisa. Rio de Janeiro: Claves/ENSP da Fiocruz/OPS/OMS/UERJ, 1994. Mimeografado.

Childhope Foundation. **Meninas de rua**: um estudo preliminar no Rio de Janeiro: relatório de pesquisa, 2ª parte. Rio de Janeiro, 1988a. Mimeografado.

Childhope Foundation. **Meninas de rua**: um estudo preliminar no Rio de Janeiro: relatório de pesquisa, 3ª parte. Rio de Janeiro, 1988b. Mimeografado.

Coordenação de Estudos e Pesquisas sobre a Infância (USU). **A menina e a adolescente no Brasil**: uma análise da bibliografia. Rio de Janeiro: Ed. Universitária Santa Úrsula/Amais, 1994.

COSTA, João de Jesus da. **Rompendo o silêncio**. Seminário multiprofissional de capacitação sobre abuso e exploração sexual de criança e adolescente. São Luiz-MA: Cedeca/Procuradoria da Justiça, 1997.

FENELON, Grácia Maria; MARTINS, Leila Chalub; DOMINGUES, Maria Hermínia M. S. **Meninas de rua**: uma vida em movimento. Goiânia: Cegraf/UFG, 1992.

Fundo das Nações Unidas para a Infância (Unicef). **A menina de rua**. Recife: 1984. Mimeografado.

Fundo das Nações Unidas para a Infância (Unicef). **Situação do abuso sexual e da prostituição infanto-juvenil no Brasil**. Brasília: Unicef, 1996.

GOMES, Romeu. A violência enquanto agravo à saúde de meninas que vivem nas ruas. **Cadernos de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, n. 10, supl. 1, p. 156-167, 1994.

GOMES, Romeu. **O corpo na rua e o corpo da rua**: a prostituição infantil feminina em questão. São Paulo: Unimarco, 1996.

GOMES, Romeu; Minayo, Maria Cecília de Sousa; Fontoura, Helena Amaral. A prostituição infantil sob a ótica da sociedade e da saúde. **Revista de Saúde Pública**, São Paulo, v. 33, n. 2, p. 171-179, 1999.

LAMARÃO, Maria L. Nobre; Oliveira, Maria Bernadete Santos; Marin, Rosa Elizabeth Acevedo. **Cotidiano de miséria e formas de exploração sexual de meninas em Belém**. Belém-PA, 1990. Mimeografado.

LEAL, Maria de Fátima Pinto *et al.* (Org.). **Exploração sexual comercial de meninos, meninas e de adolescentes na América Latina e Caribe** (relatório final). Brasília: MJ/Unicef/IIN/ Cese/ Visão Mundial/Cecria, 1999.

LEAL, Maria Lúcia Pinto *et al.* (Org.). **Anales del seminario contra la explotación sexual de niños y adolescentes en las Américas**. Brasília, DF: MJ/OIT/Cecria, 1996.

MORAES, Aparecida Fonseca. Prostituição, trocas e convites sexuais na adolescência feminina pobre. In: Bruschini, Cristina; Hollanda, Heloísa Buarque de. **Horizontes plurais**: novos estudos de gênero no Brasil. São Paulo: FCC; Ed. 34, 1998.

PEREIRA, Eva da Cunha Pinheiro. **Prostituição e sexualidade**: uma questão que envolve as meninas de rua? 1995. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Estadual do Rio de Janeiro, 1995.

ROCHA, Francisca Helena. **Subjetividade e prostituição infanto-juvenil**. 1999. Dissertação (Mestrado em Psicologia e Subjetividade) – Fundação Edson Queiroz, Universidade de Fortaleza, 1999.

SAFFIOTI, Heleieth I. Exploração sexual de crianças. In: Azevedo, Maria Amélia; Guerra, Viviane Nogueira de Azevedo. **Crianças vitimizadas**: a síndrome do pequeno poder: violência física e sexual contra crianças e adolescentes. São Paulo: Iglu, 1989.

SANTOS, Cleide Maria Amorim dos. **Meninas, sexo e espaço público**: análise do discurso jornalístico cearense sobre a prostituição infantil. 1996. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Universidade Federal do Ceará, 1996.

SILVA, Anaclan Pereira Lopes da *et al.* **Prostituição e adolescência**: prostituição juvenil no interior do Pará – Trombetas e os garimpos do Vale do Tapajós. Belém: Cejup, 1997.

SILVEIRA, Regina Lúcia Barros L. de. **Prostituição**: um problema social. Fortaleza, fev. 1984. Mimeografado.

SOUSA, Sônia M. Gomes; MORAIS Neto, OTALIBA, Libânio de. **Abuso e exploração sexual de crianças e adolescentes na região metropolitana de Goiânia (1992-1996)**. Goiânia: Cerne, 1997.

VAZ, Marlene. **Meninas de Salvador**: pesquisa sobre a população infanto-juvenil prostituída. Salvador: Cedeca, 1994.